



Número: **0809865-98.2018.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **04/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|--|--------------------|
| RICARDO DOS SANTOS (AUTOR) | | GERSON LUCIANO SANTOS NETTO (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU) | | SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 28270724 | 13/02/2020 15:44 | Termo de Audiência | Termo de Audiência |

PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

TERMO DE AUDIÊNCIA

PROCESSO NÚMERO - 0809865-98.2018.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: RICARDO DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTOR: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - PB24614

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Prepostos da Seguradora: Suélio Moreira Torres

Advogados da Seguradora: Augusto César Araújo Lima – OAB/PB nº 20.863; Jonh Henderson Carvalho de Góis – OAB/PB nº 21.936-A; Janaína Melo Ribeiro Tomaz – OAB/PB 10.412; Evando de Souza Neves Neto – OAB/PB 13.836

DATA DE REALIZAÇÃO : 13 de fevereiro de 2020

INÍCIO : 15:50h

Iniciada a audiência, submetida a parte autora à perícia médica, conforme laudo que segue, não chegaram as partes a acordo. Ato contínuo, o advogado da parte autora, ora presente, requereu a renúncia do direito em que se funda a presente ação, tendo sido esse o desejo expressado pela parte autora, também presente, considerando a quitação da indenização na esfera administrativa. A parte contrária não fez qualquer objeção ao pleito de renúncia. Pela juíza foi proferida a seguinte sentença: **COBRANÇA COMPLEMENTAÇÃO SEGURO DPVAT**. Renúncia ao direito em que se funda a ação. Anuência da parte contrária. Extinção do processo com resolução do mérito.- *Renunciando a parte autora ao direito em que se funda a ação, impõe-se a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso III, c, do CPC*. Vistos. Trata-se de ação de cobrança de complementação de seguro DPVAT. A parte autora disse não mais ter interesse no prosseguimento do feito, renunciando ao direito em que se funda a presente ação, e requerendo a extinção do processo. Houve concordância pela parte contrária. É o breve relatório. Decido. Havendo renúncia ao direito em que se funda a ação, impõe-se a sua extinção, ainda mais quando a parte contrária não se opôs. Ante o exposto, HOMOLOGO a renúncia à pretensão



formulada na ação e, por consequência, DECLARO O PROCESSO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso III, c, do CPC. Publicada e intimados os presentes em audiência. Custas processuais e honorários processuais pela parte autora, estes em 10% sobre o valor da causa, suspensão a exigibilidade, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Certifique-se se a Seguradora Líder efetuou o pagamento dos honorários periciais. Em caso positivo, oficie-se ao Banco do Brasil, a fim de que seja procedida à transferência dos honorários periciais para a conta da perita Rosana Bezerra Duarte de Paiva, CPF 587.738.514-34, junto ao Banco do Brasil, Agência 1344-7, conta 5846-7. Em caso negativo, reneve-se a intimação, advertindo-a que sua inércia ensejará penhora *on line*. Renunciado o prazo recursal, arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

Finalizada a audiência, segue assinada digitalmente pela magistrada presidente do feito, diante da permissão do art. 25 da Resolução CNJ nº 185/2013.

